



**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPARG
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93
NIRE 52300010926
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
REGISTRO CVM 2139-3**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 48ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Companhia Celg de Participações - CELGPARG ("Celgpar") é uma sociedade por ações e de capital autorizado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério de Estado da Fazenda - CNPJ/MF, sob o número 08.560.444/0001-93.

A Celgpar encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde o dia 14 de março de 2008, sob o número 2139-3, enquadrada na categoria "A", nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

Os atos constitutivos da Celgpar estão arquivados no registro de comércio, especificamente na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300010926.

O Estatuto Social, de 28 de junho de 2018 ("Estatuto Social"), está registrado na Juceg e, acatado o disposto no Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480/2009, foi disponibilizado, nos portais da CVM e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B³ S.A.").

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010 ("Políticas de Divulgação de Negociação"), estão arquivadas na Juceg e inseridas nos portais da CVM e da B³ S.A. (Art. 30, Inciso XI e Inciso XII, Instrução CVM nº 480/2009).

Os valores mobiliários de emissão da Celgpar, representados integralmente por ações ordinárias escriturais, administradas pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados no mercado de valores mobiliários, especificamente na B³ S.A.

A Celgpar é proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral, nos termos do Art. 251, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, publicada no Suplemento do Diário Oficial da União, em 17.12.1976.

A 13ª Assembleia Geral Ordinária e 48ª Assembleia Geral Extraordinária, em conjunto denominadas "Assembleias", serão realizadas no dia **30 de abril de 2019**, às **10 horas**, na respectiva sede social.

As Assembleias foram convocadas, mediante aviso societário denominado Edital de Convocação Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Edital de Convocação"), vinculando as matérias ao âmbito da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária.

Os atos das Assembleias observaram as disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, ressalvados os dispositivos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com circulação no Diário Oficial União, em 1º.07.2016

Salienta-se que as normas prolatadas pela Comissão de Valores Mobiliários, representadas pela Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, e pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 18.12.2009, e retificada em 12.02.2010, também foram atendidas

Observa-se a cumulatividade de convocação das Assembleias, inclusive a realização no mesmo local, data e hora, e instrumentação em ata única, conforme prerrogativa prevista no Art. 131, Parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Ainda, destaca-se, em complemento ao exposto nos três parágrafos anteriores, que as cláusulas do Estatuto Social, e os dispositivos constantes das Políticas de Divulgação e Negociação encontram-se contempladas na consecução dos procedimentos de realização das Assembleias.

Os Conselheiros de Administração, na 137ª Reunião do Conselho de Administração, de 28 de março de 2019, examinaram as matérias constantes do Edital de Convocação e expressaram concordância com todos os termos os remeteram para exame nas Assembleias.

Os aspectos principais, procedimentos e demais considerações, inclusive o detalhamento das matérias inclusas na Ordem do Dia, estão discriminados nesta Proposta da Administração para a 13ª Assembleia Geral Ordinária e 48ª Assembleia Geral Extraordinária ("Proposta da Administração").

A administração da Celgpar, objetivando o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.404/1976, normas emanadas da CVM, Estatuto Social e pelas Políticas de Divulgação e de Negociação, determinou o cumprimento das seguintes formalidades:

- I. divulgação do Edital de Convocação, simultaneamente, por 3 (três) vezes, com prazo mínimo de antecedência de 15 (quinze) dias (Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 1º, Inciso II), haja vista a condição de companhia aberta;
- II. veiculação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado de Goiás ("Diário Oficial") nos dias 29 (vinte e nove), de março de 2019, e nos dias 1º (primeiro) e 2 (dois) do mês de abril de 2019; e, também, no jornal O Hoje, programada, impreterivelmente, para os dias 29 (vinte e nove), de março, e 1º (primeiro) e 2 (dois) do mês de abril de 2019;
- III. transmissão do Edital de Convocação para a CVM e B³ S.A., pelo Empresas Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Edital de Convocação", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;
- IV. remessa do Boletim de Voto a Distância para a CVM e B³ S.A., em cumprimento ao §1º, inciso II, do artigo 21-A da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, pelo sistema Empresas Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Boletim de Voto a Distância", em data coincidente com a veiculação do primeiro anúncio do Edital de Convocação;
- V. disponibilização da Proposta da Administração aos senhores acionistas, também em 29 de março de 2019, coincidente com a publicação do primeiro anúncio de convocação das Assembleias, contendo o detalhamento das matérias;
- VI. remessa da Proposta da Administração para a CVM e B³ S.A., conforme Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 6º, pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração", subdividida nos respectivos assuntos;
- VII. os documentos "Destinação do Lucro Líquido", e "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia", foram objeto de transmissão 1 (um) mês antes da realização das Assembleias, no dia 29 de março de 2019, mediante Protocolo de Entrega CVM/ B³ S.A. número 021393IPE300420190104355309-62;
- VIII. em 29 de março de 2019, foram remetidas, também, as Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Financeiras Padronizadas, via sistema EmpresasNet; conforme protocolos números 021393IPE3311220180104355308-82 e 021393DFP311220180100081764-77 respectivamente;
- IX. os dados introduzidos pelo sistema Empresas Net, mencionados nesta Proposta da Administração, estão alocados, simultaneamente, no portal da CVM e da B³ S.A., facultado o acesso de qualquer acionista, investidor ou demais interessados;
- X. os documentos mencionados nesta Proposta da Administração encontram-se também inseridos no sítio da Celgpar, em atendimento à determinação da CVM, mediante Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480/2009; e



- XI.** os acionistas poderão obter cópia da Proposta da Administração na área de supervisão do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, localizada na Avenida C, Quadra A-36, Lote 01, nº 60, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, Goiânia - Goiás.

Os assuntos de atribuição da Assembleia Geral Ordinária, estabelecidos na redação do Art. 132, da Lei nº 6.404/1976, encontram-se identificados no Item 1 ao Item 3, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação.

Concomitantemente, as matérias de competência da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, definidas residualmente no Art. 131, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, estão representados no Item 4 ao Item 6.

As matérias constantes na pauta de convocação das Assembleias, objeto de deliberação pelos acionistas, consistem dos seguintes itens e proposições, vinculados aos assuntos constantes na Ordem do Dia, do Edital de Convocação e apresentados na mesma ordem sequencial:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Item 1, da Ordem do Dia, primeiro da Assembleia Geral Ordinária, é nomeado pelo termo "Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018".

A 137ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de março de 2019, às 15 horas, avaliou esta matéria, precedida do exame e manifestação no âmbito da 67ª Reunião do Conselho Fiscal.

A 67ª Reunião do Conselho Fiscal, de 28.03.2019, às 9 horas, entregue no sistema EmpresasNet sob Protocolo de Entrega 021393IPE2803201900104355309-75, emitiu opinião, mediante Parecer, favorável à aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas também foram disponibilizadas no portal da CVM e da B³ S.A., no dia 29 de março de 2019, conforme já mencionado no Inciso VIII, do décimo sexto parágrafo desta Proposta da Administração.

Assim, as Demonstrações Financeiras Padronizadas e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas foram enviadas pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "DFP", e na Categoria "Dados Econômico-Financeiros" e Tipo "Demonstrações Financeiras Anuais Completas", respectivamente.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar, de 31 de dezembro de 2018, ainda não foram objeto de publicação, nos periódicos habitualmente empregados, Diário Oficial e no jornal O Hoje, todavia serão veiculadas até 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária.

Os documentos discriminados no Art. 133, da Lei nº 6.404/1976, foram colocados à disposição dos acionistas, a partir de 29 de março de 2019, na Avenida C, Quadra A-36, Lote 01, nº 60, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

A disponibilização desses documentos foi comunicada aos interessados por intermédio do Aviso Aos Acionistas, de 29 de março de 2019, conforme Protocolo de Entrega nº 021393IPE290320190104355305-56, veiculado no Diário Oficial e no jornal O Hoje, no dia 29 de março de 2019.

Os Comentários dos Diretores (Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009), estão acessíveis, pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Comentários dos Administradores Sobre a Situação Financeira da Companhia".

A distribuição de lucros, relativa ao exercício de 2018, haja vista a existência de lucro neste exercício, ocorrerá contra os prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976. Consequentemente, a absorção total do lucro do exercício pelos prejuízos acumulados, torna-se inexecutável a distribuição de dividendos.

Embora constada a existência de lucro líquido totalmente absorvido contra os prejuízos acumulados da Celgpar, houve a decisão de envio do arquivo Destinação do Lucro Líquido, objetivando fornecer resposta aos Itens 1, 7, 10 e 17, constando nos demais o termo "Inexistente".

Portanto, as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/2009, foram transmitidas via sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Destinação dos Resultados", no dia 29 de março de 2019, segundo Protocolo de Entrega nº 021393IPE300420190104355309-62.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas, Demonstrações Financeiras Anuais Completas, ata do Conselho Fiscal contendo o respectivo Parecer, Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores, foram transmitidos, permanecendo acessíveis, desde o dia 29 de março de 2019.

A Proposta de Destinação do Lucro Líquido e os Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira encontram-se nesta Proposta da Administração, segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II, e Art. 9º, Inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009, na página **42** até página **46**, e página **48** até página **78**, respectivamente.

2. ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Refere-se ao Item 2, das matérias do Edital de Convocação, a disposição constante da expressão "Eleger os componentes do Conselho de Administração, observado o disposto no Art. 239, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976".

A eleição de novos membros componentes do Conselho de Administração ("Conselheiros de Administração") é motivada pelo encerramento dos mandatos dos atuais componentes na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O enquadramento da Celgpar como Sociedade de Economia Mista impõe o cumprimento do disposto no Art. 239, da Lei nº 6.404/1976, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

O representante dos empregados, nos termos do Art. 140, Parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, e Art. 40, *caput*, do Estatuto Social, será homologado na Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2019, com os votos do acionista controlador.

O Estatuto Social, no Art. 38, estabelece a estrutura do Conselho de Administração, composta por 9 (nove) membros, acionistas ou não, observada a vaga destinada ao representante dos acionistas minoritários e da designação referente aos empregados da Celgpar e da Celg Geração e Transmissão S.A.

Consequentemente, as prerrogativas impostas pela Lei nº 13.303/2016, exigirá a indicação, no momento da disponibilização desta Proposta da Administração, de até 8 (oito) Conselheiros de Administração, podendo, em função de possíveis adaptações ao marco legal (condicionantes de habilitação dos Conselheiros de Administração, e exercício da prerrogativa de indicação pelo Chefe do Poder Executivo), rerepresentar estas indicações nesta Proposta da Administração, dentro do interstício temporal até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019.

As pessoas a serem eleitas como membros componentes do Conselho de Administração terão que preencher os requisitos exigidos pela lei para o exercício das atribuições da função (Lei nº 6.404/1976, Art. 146, *caput*). Além destes, os membros componentes do Conselho de Administração deverão preencher os requisitos previstos no artigo 17 da Lei nº 13.303/2016, e também não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

A ata das Assembleias ("Ata das Assembleias") deverá conter a composição (quantidade de membros), qualificação e o prazo de gestão da pessoa eleita, observado o arquivamento no registro do comércio e, em seguida, a publicação (Lei nº 6.404/1976, Art. 146, § 1º).

Outro requisito importante refere-se à observância da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre a declaração da pessoa eleita, na condição de componente do Conselho de Administração de companhia aberta, de que trata o Art. 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976.

O Termo de Adesão às Políticas de Divulgação e de Negociação deverá ser firmado, de maneira a preservar o acatamento ao Art. 15 e Art. 16, da Instrução CVM nº 358/2002; e Art. 2º, *caput*, das Políticas de Divulgação e de Negociação.

O Conselheiro de Administração eleito deve informar, em formulário próprio, a quantidade de ações de emissão da Celgpar que, eventualmente, possua, e a de pessoas ligadas (Art. 26, *caput* e § 1º, Políticas de Divulgação e de Negociação; e Art. 11, § 2º, Instrução CVM nº 358/2002).

A informação contendo as quantidades de valores mobiliários será enviada à CVM e B³ S.A., por intermédio do sistema EmpresasNet, imediatamente após a investidura na função (Art. 11, § 4º, Inciso II, Instrução CVM nº 358/2002).

Os dados indicados no Art. 10 (Instrução CVM nº 481/2009) poderão ser acessados na página da CVM e B³ S.A., haja vista o envio pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os aludidos dados são transmitidos na data de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009, constando, da sequência desta Proposta da Administração, da página **10** até página **26**.

3. ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

A terceira matéria, constante do Edital de Convocação, última dos assuntos da Assembleia Geral Ordinária, é representada pela configuração "Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, atendida a exigência presente no Art. 240, Lei nº 6.404, de 15.12.1976".

O mandato dos componentes do Conselho Fiscal ("Conselheiros Fiscais") encerrar-se-á com a realização da Assembleia Geral Ordinária, devendo, portanto, novos membros serem eleitos, sendo permitida a reeleição.

O número de Conselheiros Fiscais foi estipulado, no Art. 57, do Estatuto Social, em 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, em consonância com a disposição presente no Art. 161, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

A condição da Celgpar como Sociedade de Economia Mista determina o cumprimento do Art. 240, da Lei nº 6.404/1976, sendo um Conselheiro Fiscal e respectivo suplente eleitos pelos proprietários de ações ordinárias minoritárias.

Portanto, considerando as prerrogativas impostas pela Lei nº 13.303/2016, o acionista controlador indicará, no momento da disponibilização desta Proposta da Administração, o total de 2 (dois) Conselheiros Fiscais e respectivos suplentes, podendo, em função de possíveis adaptações ao marco legal (condicionantes de habilitação dos Conselheiros Fiscais, e exercício da prerrogativa de indicação pelo Chefe do Poder Executivo), reapresentar estas indicações nesta Proposta da Administração, dentro do interstício temporal até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Estatuto Social, segundo a Lei nº 6.404/1976 (Art. 161, § 6º), ressalvadas as disposições presentes na Lei nº 13.303, de 30.06.2016, determina que os Conselheiros Fiscais e seus suplentes exercerão suas funções até a segunda Assembleia Geral Ordinária subsequente à eleição e poderão ser reeleitos.

Assim, considerando que a duração do mandato dos Conselheiros Fiscais constitui preceito de ordem pública, o mesmo não pode ser alterado pelo Estatuto Social. Portanto, o Art. 59, do Estatuto Social, apenas repete o disposto na lei.

O preenchimento dos requisitos exigidos pelo Art. 162, da Lei nº 6.404/1976, pelo Art. 26, da Lei nº 13.303/2016, e dos dispositivos constantes no Art. 19 e Art. 21, do Estatuto Social, é indispensável; assim como a transmissão do número de ações, de propriedade dos Conselheiros Fiscais para a CVM e B³ S.A., logo após a investidura na função.

As informações indicadas na Proposta da Administração estão disponíveis pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os dados relativos aos membros do Conselho Fiscal, Art. 10, da Instrução CVM nº 481/2009, constam, concomitantemente, na continuação da atual Proposta da Administração, especificamente na página **10** até página **26**.

4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A quarta matéria, da Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, primeira da Assembleia Geral Extraordinária, contempla exatamente a expressão "Fixar a remuneração dos Diretores, Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário".

Essa matéria refere-se à estipulação das importâncias a serem pagas aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comitê de Auditoria Estatutário, objetivando o atendimento ao disposto no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009.

A remuneração dos Conselheiros de Administração, dos Conselheiros Fiscais, e dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como os honorários e as gratificações dos membros componentes da Diretoria são fixados com fundamento no disposto no Art. 33, do Estatuto Social.

Os dados previstos no Art. 12, Inciso I e Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, estão acessíveis na CVM e B³ S.A., inserto pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Remuneração dos Administradores".

Os aludidos dados, conforme discriminados no parágrafo anterior, são transmitidos nesta data, objeto de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao disposto no Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009.

Os dados dispostos no Art. 12, Inciso II, da Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se inseridos na sequência dos dados pessoais dos Conselheiros Fiscais, constituindo-se em parte integrante desta Proposta da Administração (página **10** até página **26**).

A Proposta da Administração, em cumprimento à Instrução CVM nº 481/2009 (Art. 12, Inciso I), alvo de decisão pelas Assembleias, referente à fixação da remuneração aos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Comitê de Auditoria Estatutário apresenta-se com a seguinte configuração:

a. DIRETORIA

Remuneração mensal, correspondente ao valor de R\$ 22.795,71 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos), sem prejuízo das vantagens financeiras inerentes ao empregado da Celgpar, elevado à condição de Diretor, mais uma gratificação de função no valor de R\$ 4.570,00 (quatro mil, quinhentos e setenta reais), além de uma gratificação de gestão correspondente a 50% (cinquenta por cento) da soma das duas primeiras parcelas; repassados à remuneração mensal os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, bem como o mesmo índice de correção aplicado à gratificação de função; com pagamento de uma 13ª (décima terceira) remuneração; além do período de descanso anual remunerado, equivalente a 30 (trinta) dias após cada período de 12 (doze) meses do exercício do mandato de Diretor, devendo esse período ser convertido em pecúnia, caso não seja possível o afastamento do Diretor; e, ainda, foi autorizado o recolhimento das contribuições patronais referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Eletra - Fundação de Seguros e Previdência (nova denominação social da Eletra – Fundação Celg de Seguros e Previdência) e Vivacom Planos de Saúde (nova denominação social da Caixa de Assistência à Saúde dos

Empregados da Celg – Celgmed); além de outros benefícios concedidos na forma do Estatuto Social; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza.

b. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A fixação da remuneração dos Conselheiros de Administração fundamenta-se no Art. 33, II, do Estatuto Social, correspondendo a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar; observando-se, ainda, o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; sendo também as despesas de viagem e estada, a serviço do Conselho de Administração, reembolsadas mediante comprovação (Art. 33, VI, Estatuto Social).

c. CONSELHO FISCAL

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 33, III, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Conselho Fiscal, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 162, § 3º, Lei nº 6.404/1976; e Art. 33, VI, Estatuto Social).

d. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

A proposta de remuneração corresponde, atendida a previsão constante no Art. 33, IV, do Estatuto Social, a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores da Celgpar, idêntica e não menor à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, inclusive com o pagamento da 13ª (décima terceira) remuneração; sempre em observância aos preceitos legais que vedam a cumulatividade sobre o recebimento de remuneração dessa natureza; além do reembolso das despesas que tiverem a serviço do Comitê de Auditoria Estatutário, mediante a apresentação de comprovantes das despesas realizadas (Art. 33, VI, Estatuto Social).

5. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PELA DIRETORIA

O Item 5, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, segundo da Assembleia Geral Extraordinária, pode ser identificado pela expressão "Incumbir à Diretoria da Celgpar a implementação de todas as medidas deliberadas".

Seguramente, os representantes legais da Celgpar necessitam tomar medidas em decorrência das matérias aprovadas, objetivando a complementação dos atos e, conseqüentemente, promover a produção de eficácia.

Os acionistas, reunidos nas Assembleias, deliberarão sobre a atribuição e autorização à Diretoria da Celgpar, objetivando praticar todos os atos necessários e imprescindíveis para a implementação desses eventos.

6. DIVULGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

Finalmente, a última matéria, Item 6, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, terceira da Assembleia Geral Extraordinária, é representada literalmente pela proposição "Autorizar a execução de atos relativos à publicação da ata das Assembleias e das respectivas deliberações".

Enfatiza-se a faculdade de publicação com a omissão das respectivas assinaturas e, também, na forma de extrato da ata das Assembleias (Art. 130, § 2º e § 3º, Lei nº 6.404/1976); e, ainda, está sendo recomendada a adoção das seguintes medidas:

- a)** arquivamento e registro da ata das Assembleias na Juceg, acompanhada de via do Parecer do Conselho Fiscal e da Proposta da Administração; e publicações do Aviso aos Acionistas, do Edital de Convocação e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de 31 de dezembro de 2018;



- b) transmissão da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, para a CVM e B³ S.A., pelo sistema EmpresasNet, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGO/E" e Espécie "Ata";
- c) inserção da ata das Assembleias, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato, no portal da Celgpar;
- d) publicação integral da ata das Assembleias, no Diário Oficial (Art. 289, *caput*, primeira parte, e § 3º); e
- e) publicação integral da ata das Assembleias, ou do respectivo extrato, no jornal editado na localidade da sede da Celgpar (Art. 289, *caput*, segunda parte, e § 3º).

Goiânia, **29 de março de 2019.**

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Anexos: os dados indicados pelo Art. 10 (página **10** até página **26**), informações previstas no Art. 12, Inciso II (página **28** até página **40**), detalhamento segundo Art. 9º, § 1º, Inciso II (página **42** até página **46**), e os comentários determinados pelo Art. 9º, Inciso III (página **48** até página **78**), da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, são partes integrantes desta Proposta da Administração.

Item 12.6 ao Item 12.10 do Formulário de Referência
(Art. 10, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **10** até página **26**

12.6 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

SUBITEM 12.6 DO ANEXO 24 (FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA) DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 07.12.2009, EM ATENDIMENTO AO ART. 10, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009

ÓRGÃO	NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FABRÍCIO BORGES AMARAL	42	ADVOGADO	791.127.811-34	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	LENER SILVA JAYME	55	ENGENHEIRO ELETRICISTA	479.523.006-44	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	JOSÉ FERNANDO NAVARRETE PENA	55	ADVOGADO	303.118.701-63	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM	53	ADVOGADO	334.281.231-15	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	FERNANDO OLIVEIRA FONSECA	66	ENGENHEIRO ELETRICISTA	115.978.101-00	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	DIONIZO JERONIMO ALVES	65	CONTADOR	082.849.031-72	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	WAGNER OLIVEIRA GOMES	53	ENGENHEIRO ELETRICISTA	360.291.811-49	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	DANIEL AUGUSTO RIBEIRO	37	ADVOGADO	913.824.671-68	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELOS EMPREGADOS
CONSELHO FISCAL	CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT	48	ECONOMISTA	011.676.317-57	CONSELHEIRA FISCAL TITULAR	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADA PELO CONTROLADOR
	ÉVERTON CHAVES CORREIA	52	ECONOMISTA	210.108.113-04	CONSELHEIRO FISCAL TITULAR	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	FERNANDO XAVIER DA SILVA	63	ENGENHEIRO ELETRICISTA	125.986.231-34	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR
	CARLOS EDUARDO PIMENTEL SANTOS	62	ENGENHEIRO	035.250.578-81	CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE	30/04/2019	30/04/2019	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2021	-	INDICADO PELO CONTROLADOR



12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE (ART. 68 DO ESTATUTO SOCIAL): eleição no âmbito do Conselho de Administração.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (ART. 62 DO ESTATUTO SOCIAL): eleição no âmbito do Conselho de Administração.



12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho de administração, fornecer:

A. CURRÍCULO:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME:	Fabrício Borges Amaral
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Advogado. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente da Goiás Turismo, Agência de Turismo do Estado de Goiás; além disso, é advogado e docente nas áreas de graduação e pós-graduação. Sua formação acadêmica consiste, entre outras, em Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional - PUC/GO; Pós-graduação em diversas áreas do Direito; e, graduação em Direito pela Faculdade Anhanguera - Goiânia/GO.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Lener Silva Jayme
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Engenheiro Eletricista. Executivo Sênior com experiência desenvolvida em empresas nacionais de grande porte. CEO da CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2017-2018); Diretor de Planejamento Estratégico da da CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2016-2017); Diretor de Infraestrutura da Oi S.A. (2015-2016). Atualmente é Diretor-Presidente da Celgpar e de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	José Fernando Navarrete Pena
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Advogado; Procurador Geral de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; Diretor e sócio-proprietário da empresa Amparo Construções Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Professor convidado pelo Departamento de Pós-graduação da Universidade Católica de Goiás para aula inaugural, e outras palestras, do curso Relações Internacionais - MERCOSUL, e colaborador na estruturação do curso; Pré-selecionado pela Comissão da União Europeia para participar do quadro de economistas do Serviço Exterior da Comunidade na área de cooperação com países em vias de desenvolvimento; Diretor Comercial da empresa ERESA - Empresa de Restauración S/A, Madri-Espanha; e Professor Assistente de Teoria Econômica e Economia Brasileira da FACH - Faculdade de Ciências Humanas. Na Celg Distribuição S.A. - CELG D exerceu a função de Diretor Econômico-Financeiro, de 04.01.2011 a 07.02.2012; e Diretor Vice-Presidente e de Assuntos Regulatórios, de 07.02.2012 a 08.03.2012. Diretor de Gestão Corporativa na Companhia Celg de Participações - CELGP PAR, de 25.03.2011 a 16.02.2012; e Diretor-Presidente da Companhia Celg de Participações - CELGP PAR e Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT (de 16.02.2012 a 04.01.2017).</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Savio de Faria Caram Zuquim
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Advogado. Conselheiro de Administração na CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2015). Presidente do Conselho de Administração na CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2017). Assessor jurídico e consultor no âmbito do Direito Público e Legislação do Setor Elétrico.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Fernando Oliveira Fonseca
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Engenheiro Eletricista. Diretor Administrativo e de Relações com Investidores (2009-2010 e 2016-2018) e Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos da CEB Holding – Companhia Energética de Brasília. Conselheiro de Administração em diversas empresas de geração e transmissão de energia.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Dionizio Jerônimo Alves
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Contador. Atuou como Contador Geral Celg Distribuição S.A. – Celg D de 1998 a 2018. Profissional com vasta experiência no Setor Elétrico, especificamente as de natureza contábil, tributária e regulatória.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Wagner Oliveira Gomes
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Engenheiro Eletricista. Diretor Comercial na CEB Distribuição S.A. (2017-2019). Assessor Técnico da Goiás Parcerias (2016-2017). Gerente Regional de Vendas Corporativo DF/GO/TO da Oi S.A. (2009-2016).</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Daniel Augusto Ribeiro
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Advogado; Mestre em Direito Agrário; e Gerente do Departamento de Assuntos Regulatórios na Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT - de 2014 até a presente data.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

CONSELHO FISCAL

NOME:	Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Atualmente ocupa o cargo de Secretária da Economia do Estado de Goiás. Seus títulos acadêmicos consistem em Mestrado e Doutorado em Economia pela EPGE/FGV, além do bacharelado em Ciências Econômicas,</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Éverton Chaves Correia
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Atualmente ocupa o cargo de Superintendente Executivo da Secretaria de Economia do Estado de Goiás. Possui Doutorado em Economia, pela UFRJ; Mestrado em Economia do Setor Público, pela PUC-RJ; graduação em Economia, pela Universidade Federal do Ceará; além de diversas especializações na área.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	

NOME:	Fernando Xavier da Silva
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Tribunal de Contas do Estado de Goiás: Assessor Técnico de Engenharia, Coordenador de Fiscalização Estadual e Secretário de Controle Externo (1967-2014); Assessor Técnico da Goiás Parcerias (2016); Diretor de Gestão Corporativa da SANEAGO (2016-2017); Professor Universitário (1998-2000).</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



NOME:	Carlos Eduardo Pimentel Santos
<p>I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR</p>	<p>Engenheiro Mecânico, com atuação no setor elétrico, com mais de 30 anos de experiência nas áreas de acompanhamento e análise de contratos e licitações.</p>
<p>II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS</p>	



B. DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS:

- i. qualquer condenação criminal
INEXISTENTE

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
INEXISTENTE

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
INEXISTENTE



12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
INEXISTENTE

- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
INEXISTENTE

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
INEXISTENTE

- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor
INEXISTENTE



12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
INEXISTENTE

- b. controlador direto ou indireto do emissor
INEXISTENTE

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas
INEXISTENTE

Item 13 do Formulário de Referência
(Art. 12, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **28** até página **40**

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos¹:

COMENTÁRIOS

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo parcela variável.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

COMENTÁRIOS

Remuneração idêntica aos membros da Diretoria.

Remuneração igual aos componentes do Conselho de Administração.

Remuneração uniforme aos membros do Conselho Fiscal.

Remuneração uniforme aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário

- b.composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

COMENTÁRIOS

A remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde ao valor total de R\$ 1.560.000,00.

A remuneração dos Conselheiros de Administração é equivalente a 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

A importância atribuída aos Conselheiros Fiscais e integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário é similar à remuneração destinada aos Conselheiros de Administração, sendo de 10% (dez por cento) sobre a média da remuneração atribuída aos Diretores.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

COMENTÁRIOS

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração dividida em salário-base, gratificação de função, mais uma gratificação de gestão, representando, respectivamente, 56,99%, 9,67% e 33,33% da remuneração total.

A remuneração dos Conselheiros de Administração, integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e dos Conselheiros Fiscais é representada por um único elemento, correspondente a 10% (dez por cento) sobre média da remuneração atribuída aos Diretores.

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

COMENTÁRIOS

A remuneração mensal terá os mesmos reajustes que, eventualmente, forem concedidos aos empregados, e à gratificação de função será atribuída o mesmo índice de correção aplicado à demais gratificações de função.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

COMENTÁRIOS

Pagamento não diferenciado aos membros da Diretoria, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

¹ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

COMENTÁRIOS

Sim. Dos três membros da diretoria, dois destes foram remunerados pela controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	TOTAL
Número de membros	9	3	5	3	20
Remuneração fixa anual (R\$)					
Salário ou pró-labore	468.000,00	1.560.000,00	260.000,00	60.000,00	2.348.000,00
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)					
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	468.000,00	1.560.000,00	260.000,00	60.000,00	2.348.000,00

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também fazem parte daquele órgão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	467.329,59	1.557.764,52	259.627,55	2.284.721,66
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	467.329,59	1.557.764,52	259.627,55	2.284.721,66

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	465.138,65	1.479.727,45	224.825,82	2.169.691,92

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Remuneração fixa anual (R\$)				
Salário ou pró-labore	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03
Benefícios diretos e indiretos	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em comitês	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração variável (R\$)				
Bônus	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Participação nos resultados	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração por participação em reuniões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Comissões	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Outros	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios pós-emprego (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Remuneração baseada em ações (R\$)	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
Valor da remuneração por órgão (R\$)	373.177,23	1.243.924,11	207.320,69	1.824.422,03

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária, do comitê de auditoria estatutário e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA, COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO E CONSELHO FISCAL

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do comitê de auditoria estatutário ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social⁴

Administradores ou Conselheiros Fiscais	Número de ações ordinárias detidas na CELGP
Conselheiros de Administração	0
Integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário	0
Diretores	0
Conselheiros Fiscais	1

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁵:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo⁶:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

³ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁴ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

COMENTÁRIOS

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES INEXISTENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

COMENTÁRIOS
INEXISTENTE



13.11. Indicação, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, ao comitê de auditoria estatutário, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal⁷:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	3	5	20
Maior remuneração individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15
Menor remuneração individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15
Remuneração Média individual (R\$)	4.104,86	41.048,57	4.104,86	4.104,86	53.363,15

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22
Menor remuneração individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22
Remuneração Média individual (R\$)	3.994,27	39.942,68	3.994,27	47.931,22

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Menor remuneração individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38
Remuneração Média individual (R\$)	3.795,62	37.956,14	3.795,62	45.547,38

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Menor remuneração individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71
Remuneração Média individual (R\$)	3.455,48	34.554,75	3.455,48	41.465,71

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	9	3	5	16
Maior remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99

⁷ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.



Menor remuneração individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99
Remuneração Média individual (R\$)	3.101,58	31.015,83	3.101,58	37.2018,99



13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

COMENTÁRIOS

INEXISTENTE

ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009
(Art. 9º, Parágrafo Único, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **42** até página **46**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2018

1. Informar o lucro líquido do exercício
R\$62.506.063,42 (sessenta e dois milhões, quinhentos e seis mil, sessenta e três reais e quarenta e dois centavos)
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Inexistente.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

O lucro líquido apurado do exercício de 2018 totalizou R\$62.506.063,42 (sessenta e dois milhões, quinhentos e seis mil, sessenta e três reais e quarenta e dois centavos). Foi apurado lucro líquido no montante de R\$124.768.658,30 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos) no exercício de 2017, e de R\$1.444.025.489,29 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos) no exercício de 2016. Não foram apurados lucros líquidos nos exercícios sociais encerrados em 2015 e 2014.

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Inexistente.
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Inexistente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
 - a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
 - b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
 - c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Inexistente.
 - d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Inexistente.
 - e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Inexistente.

10. Em relação ao dividendo obrigatório
 - a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei nº

6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 85, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 87, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 87, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 87, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 87, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 87, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 87, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 87, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 87, do Estatuto Social vigente, serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 87, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 87, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação
Inexistente.

17. Havendo destinação de resultado para a absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo

189 da Lei nº 6.404/1976

- a. Informar o montante destinado à absorção de prejuízos acumulados
18. R\$62.506.063,42 (sessenta e dois milhões, quinhentos e seis mil, sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), referente à totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2018

Item 10 do Formulário de Referência
(Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **48** até página **78**

ANEXO 24

Conteúdo do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores	
10.1. Comentários dos diretores sobre:	
<p style="text-align: center;">a. condições financeiras e patrimoniais gerais</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018</u></p> <p>Destaca-se, como fato importante neste exercício social, a manutenção da situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão vinculada à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, onde observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 62.506 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos, vinculado à sua curva ascendente de investimentos ocorrida em 2018.</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017</u></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, a liquidação financeira do leilão da totalidade das ações de propriedade da Companhia Celg de Participações - Celgpar (“Celgpar”) na Celg Distribuição S.A. – Celg D (“Celg D”), ocorrida em 14 de fevereiro de 2017 e, por sua vez, a utilização da maior parte destes recursos para a quitação de assunção de dívida assumida pelo Estado de Goiás, acionista controlador da Celgpar, junto à Caixa Econômica Federal, destacando-se o valor dos tributos sobre o lucro decorrente da referida operação de alienação, com impacto significativo no exercício de 2016 e reflexos no fluxo de caixa do exercício de 2017.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 88.209 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos, vinculado à sua curva ascendente de investimentos ocorrida em 2017.</p> <p><u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016</u></p> <p>Destaca-se, como fato relevante neste exercício social, o leilão da totalidade das ações de propriedade da Companhia Celg de Participações - Celgpar (“Celgpar”) na Celg Distribuição S.A. – Celg D (“Celg D”), ocorrido em 30 de novembro de 2016, tendo a sua liquidação financeira ocorrido em 14 de fevereiro de 2017, em função da inclusão desta anterior Coligada da Celgpar no Programa Nacional de Desestatização – PND, em maio de 2015.</p> <p>Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 242.484 mil, tendo apresentado resultado operacional e financeiro positivos ao final do exercício social. Esta situação se fundamenta no processo de recomposição de sua Receita Anual Permitida com base em investimentos corporativos e investimentos em sociedades de propósitos específicos, bem como no reconhecimento da receita advinda da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.</p>	

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

No exercício de 2018, o componente não circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.252.877 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 1.533.588 mil. Observa-se a redução dos componentes do Passivo Não Circulante em função da utilização dos recursos decorrentes da liquidação financeira do leilão citado no item 10.1.a (exercício de 2017).

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$3.050.563 mil
Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.714.752 mil (passivo a descoberto)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

No exercício de 2017, o componente circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se refere à provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2017, no total de R\$ 1.687 mil. Os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.252.877 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 1.533.588 mil. Observa-se a redução dos componentes do Passivo Não Circulante em função da utilização dos recursos decorrentes da liquidação financeira do leilão citado no item 10.1.a.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$2.967.741 mil
Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.777.582 mil (passivo a descoberto - reapresentado)

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

No exercício de 2016, o componente circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar se refere à provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no total de R\$ 292.761 mil. Os componentes não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital já promovidos pelo Estado de Goiás, que totalizaram R\$ 1.422.416 mil, e ao montante da assunção de dívida feita pelo Estado de Goiás junto à Caixa Econômica Federal, referente a operação de empréstimo do ano de 2014, que totalizou R\$ 2.157.785 mil.

Total dos capitais de terceiros consolidado: R\$4.024.506 mil
Total dos capitais próprios consolidado: -R\$1.900.626 mil (passivo a descoberto)

RESUMO DOS CAPITAIS DE TERCEIROS E PRÓPRIOS NO CONSOLIDADO:

DESCRIÇÃO	2016 - R\$MIL	2017 - R\$MIL – REAPRESENTADO	2018 - R\$MIL
Capitais de Terceiros	4.024.506	2.967.741	3.050.563
Capitais Próprios	-1.900.626	-1.777.582	1.714.752

hipóteses de resgate

Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2017, e 31.12.2016.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 73.483 mil, sendo R\$ 3.429 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 70.054 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 1.358% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2017, em função da captação de recursos de terceiros efetuada pela Controlada Celg GT.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2018, totalizou R\$ 1.782.861 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 61.664 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 28,91 vezes (em valores absolutos), posição menos confortável, quando comparada ao exercício de 2017, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que decresceram em relação ao ano de 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 5.040 mil, sendo R\$ 2.915 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 2.125 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 39,56% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2016.

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2017, totalizou R\$ 1.702.539 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 92.168 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 18,47 vezes (em valores absolutos), posição menos confortável, quando comparada ao exercício de 2016, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que decresceram em relação ao ano de 2016.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 8.339 mil, sendo R\$ 3.481 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 4.858 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 99,60% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2015, em função da assunção de dívida efetuada pelo controlador da Celgpar – Estado de Goiás (“Estado”).

A Dívida Líquida (excluindo-se as obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2016, totalizou R\$ 2.592.911 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 347.429 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 7,46 vezes (em valores absolutos), posição bem mais confortável, quando comparada ao exercício de 2015, em relação à capacidade de pagamento.

<p>d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e <u>EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2018, 2017 E 2016</u></p> <p>As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2018, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante o recebimento de Clientes da Controlada Celg GT, bem como do resultado financeiro positivo que culminou na possibilidade de injeção de recursos por meio de AFAC na Celg GT, e das atividades de investimento, especificamente às tocantes ao incremento de caixa decorrente do fluxo de dividendos das participações societárias da Celg GT.</p>	
<p>e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez <u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018, 2017 E 2016</u></p> <p>A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de sua Controlada Celg GT ("Celg GT"), bem como através da operacionalização do recebimento de mútuo com a Celg GT e Celg D, cujos recebimentos iniciaram-se em 2016, e vem ocorrendo normalmente em 2017 e 2018, respectivamente.</p>	
<p>f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.</p>	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2018	AV%	AP%	31/12/2017
CIRCULANTE				
Fornecedores	3.592	0,12%	-48,77%	7.012
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.568	0,05%	4,26%	1.504
Tributos e Contribuições Sociais	31.120	1,02%	267,81%	8.461
Empréstimos e Financiamentos	3.429	0,11%	17,63%	2.915
Obrigações Estimadas	3.921	0,13%	14,88%	3.413
Encargos Setoriais	3.152	0,10%	25,48%	2.512
Outros Credores	3.695	0,12%	833,08%	396
	50.477	1,65%	92,56%	26.213
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	41,07%	0,00%	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos (a)	70.054	2,30%	3196,66%	2.125
Encargos Setoriais	3.638	0,12%	27,60%	2.851
Transações com Partes Relacionadas	1.533.588	50,27%	0,00%	1.533.588
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	732	0,02%	-30,62%	1.055
Provisões para Contingências	10.172	0,33%	29,46%	7.857
Outros Credores	129.025	4,23%	-8,61%	141.175
	3.000.086	98,35%	1,99%	2.941.528
	3.050.563	100,00%	2,79%	2.967.741

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de tributos e contribuições sociais, no montante de R\$31.120 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$1.533.588 mil; e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelo Estado de Goiás, totalizando R\$ 1.252.877.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D (atual Enel);
- R\$169.539 mil, devolvidos ao Estado de Goiás em 2017, utilizando-se parte dos recursos decorrentes da alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D (atual Enel).

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

PASSIVO	CONSOLIDADO			
	31/12/2017	AV%	AH%	31/12/2016
CIRCULANTE				
Fornecedores	7.012	0,24%	12,93%	6.209
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.504	0,05%	19,94%	1.254
Tributos e Contribuições Sociais	8.461	0,29%	-97,13%	295.310
Empréstimos e Financiamentos	2.915	0,10%	-16,26%	3.481
Obrigações Estimadas	3.413	0,12%	20,64%	2.829
Encargos Setoriais	2.512	0,08%	15,76%	2.170
Outros Credores	396	0,01%	-14,47%	463
	26.213	0,88%	-91,59%	311.716
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	42,22%	-11,92%	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	2.125	0,07%	-56,26%	4.858
Encargos Setoriais	2.851	0,10%	23,10%	2.316
Transações com Partes Relacionadas	1.533.588	51,68%	-28,93%	2.157.875
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	1.055	0,04%	61,56%	653
Provisões para Contingências	7.857	0,26%	37,91%	5.697
Outros Credores	141.175	4,76%	18,66%	118.975
	2.941.528	99,12%	-20,77%	3.712.790
	2.967.741	100,00%	-26,26%	4.024.506

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de tributos e contribuições sociais, no montante de R\$8.461 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$1.533.588 mil; e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelo Estado de Goiás, totalizando R\$ 1.252.877.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- f) R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- g) R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- h) R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- i) R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D;
- j) -R\$169.539 mil, devolvidos ao Estado de Goiás em 2017, utilizando-se parte dos recursos decorrentes da alienação das ações de propriedade da Celgpar na Celg D.

V. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
vi. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
vii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
viii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

<u>PASSIVO</u>	<u>CONSOLIDADO</u>			
	<u>31/12/2016</u>	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>REAPRESENTADO</u>			
CIRCULANTE				
Fornecedores	6.209	0,15%	261,62%	1.717
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.254	0,03%	15,36%	1.087
Tributos e Contribuições Sociais	295.310	7,34%	12617,92%	2.322
Empréstimos e Financiamentos	3.481	0,09%	4,19%	3.341
Obrigações Estimadas	2.829	0,07%	24,24%	2.277
Encargos Setoriais	2.170	0,05%	-29,68%	3.086
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	-	0,00%	-100,00%	466.100
Outros Credores	463	0,01%	-80,26%	2.345
	311.716	7,75%	-35,37%	482.275
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	35,34%	0,00%	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos (a)	4.858	0,12%	-99,77%	2.081.924
Encargos Setoriais	2.316	0,06%	22,73%	1.887
Transações com Partes Relacionadas	2.157.875	53,62%	100,00%	-
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	653	0,02%	100,00%	485
Provisões para Contingências	5.697	0,14%	284,67%	1.481
Outros Credores	118.975	2,96%	290082,93%	41
	3.712.790	92,25%	5,83%	3.508.234
	4.024.506	100,00%	0,85%	3.990.509

Com relação às obrigações circulantes, a maior concentração se refere à Provisão para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016, no montante de R\$292.761 mil.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere ao montante da assunção de dívida efetuada pelo Estado, em relação à operação pregressa com a Caixa Econômica Federal, no total de R\$2.157.875 mil; e aos Empréstimos e Financiamentos e aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.422.416 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$16.585 mil em datas distintas desde 30.06.2009, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Celgpar. Deste total, R\$470 mil ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGP PAR e aportado posteriormente na Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a Celgpar, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$35.720 mil, em 30 de setembro de 2014, ingressante na Celgpar e aportado posteriormente na Celg D.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes	Não aplicável.
ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras	Não aplicável.
iii. grau de subordinação entre as dívidas	Não aplicável.
iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário	Não aplicável.

i. limites de utilização dos financiamentos já contratados	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018</u> Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2017 e 31.12.2016.	
ii. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA						2016	AH%	AV%
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(6.061)	41,28%	-9,70%	(4.290)	61,34%	-3,44%	(2.659)	100,00%	-0,18%
Receitas Financeiras	8.836	-86,84%	14,14%	67.128	673,45%	53,80%	8.679	100,00%	-0,601%
Despesas Financeiras	(638)	-91,60%	-1,02%	(7.595)	-90,95%	-6,09%	(83.895)	100,00%	-5,810%
Resultado Financeiro	8.198	86,23%	13,12%	59.533	-179,15%	47,71%	(75.216)	100,00%	-5,209%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	58.544	-33,63%	93,66%	88.209	-74,79%	70,70%	349.963	100,00%	-24,24%
RESULTADO OPERACIONAL	60.681	-57,70%	97,08%	143.452	-47,28%	114,97%	272.088	100,00%	18,84%
OUTRAS RECEITAS	4.135	6791,667%	6,62%	60	-100,00%	0,05%	1.464.699	100,00%	101,43%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	4.135	6791,667%	6,62%	60	-100,00%	0,05%	1.464.699	100,00%	101,43%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	64.816	-54,84%	103,70%	143.512	-108,26%	115,02%	1.736.787	100,00%	120,27%
Imposto de Renda	(1.694)	-87,703%	-2,71%	(13.776)	100,00%	-11,04%	(215.264)	100,00%	-14,907%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(616)	-87,601%	-0,99%	(4.968)	100,00%	-3,98%	(77.497)	100,00%	-5,367%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	-49,90%	100,00%	124.768	-108,64%	100,00%	1.444.026	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	1,91	-49,90%		3,81	-108,64%		44,06	100,00%	

	CONSOLIDADO						2016	AH%	AV%
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%			
Receita Operacional	236.157	-13,13%	-	271.855	-41,63%	-	465.754	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(33.580)	49,02%	-	(22.534)	-6,69%	-	(24.149)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	202.577	-18,75%	100,00%	249.321	-43,54%	100,00%	441.605	100,00%	100,00%
(-)Custos	(97.735)	-20,29%	-48,25%	(122.615)	91,59%	-49,18%	(64.000)	100,00%	-14,49%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	104.842	-17,26%	51,75%	126.706	-66,44%	50,82%	377.605	100,00%	85,51%
(-)Despesas Operacionais	(44.383)	23,37%	-21,91%	(35.975)	11,45%	-14,43%	(32.280)	100,00%	-7,31%
Receitas Financeiras	11.404	-83,77%	5,63%	70.270	235,15%	28,18%	20.967	100,00%	4,75%
Despesas Financeiras	(2.768)	-70,49%	-1,37%	(9.380)	-89,07%	-3,76%	(85.807)	100,00%	-19,43%
Resultado Financeiro	8.636	85,82%	4,26%	60.890	-193,91%	24,42%	(64.840)	100,00%	-14,68%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	13.833	-38,56%	6,83%	22.514	-81,05%	9,03%	118.784	100,00%	26,90%
RESULTADO OPERACIONAL	82.928	-52,38%	40,94%	174.135	-56,39%	69,84%	399.269	100,00%	90,41%
OUTRAS RECEITAS	5.041	452,14%	2,49%	913	-99,94%	0,37%	1.464.699	100,00%	331,68%
OUTRAS DESPESAS	-	#DIV/0!	0,00%	-	-100,00%	0,00%	(8.124)	100,00%	-1,84%
OUTROS RESULTADOS	5.041	452,14%	2,49%	913	99,94%	0,37%	1.456.575	100,00%	329,84%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	87.969	-49,75%	43,42%	175.048	90,57%	70,21%	1.855.844	100,00%	420,25%
Imposto de Renda	(18.712)	-49,40%	-9,24%	(36.983)	-87,79%	-14,83%	(302.781)	100,00%	-68,56%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(6.751)	-49,23%	-3,33%	(13.297)	-87,81%	-5,33%	(109.037)	100,00%	-24,69%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	-49,90%	30,86%	124.768	91,36%	50,04%	1.444.026	100,00%	326,99%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	1,91	-49,90%		3,81	91,36%		44,06	100,00%	
EBITDA	61.664	-33,10%		92.168	73,47%		347.429	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional vinculada à recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e excluído o efeito atípico da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/PC, ocorrida em 2016 e 2017;
- Manutenção do lucro operacional bruto em patamares suficientes para a cobertura das despesas operacionais;
- Aumento das despesas operacionais.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

	CONTROLADORA								
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	29.201	-11,88%	2,72%	33.139	-97,16%	3,28%	1.167.315	100,00%	59,16%
Não Circulante	1.043.146	6,65%	97,28%	978.099	21,36%	96,72%	805.944	100,00%	40,84%
Realizável a Longo Prazo	112.488	-9,91%	10,49%	124.860	-2,39%	12,35%	127.920	0,00%	6,48%
Investimentos	930.622	9,07%	86,78%	853.197	25,84%	84,37%	678.020	100,00%	34,36%
Imobilizado	36	-14,29%	0,003%	42	950,00%	0,00%	4	100,00%	0,0002%
TOTAL DO ATIVO	1.072.347	6,04%	100,00%	1.011.238	-48,75%	100,00%	1.973.259	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	486	-76,43%	0,05%	2.062	-99,30%	0,20%	293.081	100,00%	14,85%
Não Circulante	2.786.613	-0,01%	259,86%	2.786.758	-22,18%	275,58%	3.580.804	100,00%	181,47%
Patrimônio Líquido	(1.714.752)	-3,53%	-159,91%	(1.777.582)	-6,47%	-175,78%	(1.900.626)	100,00%	-96,32%
Capital Realizado	973.764	0,00%	90,81%	973.764	0,00%	96,29%	973.764	100,00%	49,35%
Prejuízos Acumulados	(2.676.717)	-2,28%	-249,61%	(2.739.223)	-4,31%	-270,88%	(2.862.669)	100,00%	-145,07%
Outros Resultados Abrangentes	(11.799)	-2,67%	-1,10%	(12.123)	3,43%	-1,20%	(11.721)	100,00%	-0,59%
TOTAL DO PASSIVO	1.072.347	6,04%	100,00%	1.011.238	-48,75%	100,00%	1.973.259	100,00%	100,00%
CONSOLIDADO									
	2018	AH%	AV%	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	344.448	59,40%	25,79%	216.084	-83,18%	18,16%	1.284.606	100,00%	60,48%
Não Circulante	991.363	1,77%	74,21%	974.075	16,06%	81,84%	839.274	100,00%	39,52%
Realizável a Longo Prazo	807.061	1,05%	60,42%	798.643	15,37%	67,10%	692.269	100,00%	32,59%
Investimentos	168.280	6,75%	12,60%	157.639	16,58%	13,25%	135.225	100,00%	6,37%
Imobilizado	8.818	-17,48%	0,66%	10.686	-5,83%	0,90%	11.348	100,00%	0,53%
Intangível	7.204	1,36%	0,54%	7.107	1545,14%	0,60%	432	100,00%	0,02%
TOTAL DO ATIVO	1.335.811	12,24%	100,00%	1.190.159	-43,96%	100,00%	2.123.880	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	50.477	92,56%	3,78%	26.213	-91,59%	2,20%	311.716	100,00%	14,68%
Não Circulante	3.000.086	1,99%	224,59%	2.941.528	-20,77%	247,15%	3.712.790	100,00%	174,81%
Patrimônio Líquido	(1.714.752)	-3,53%	-128,37%	(1.777.582)	-6,47%	-149,36%	(1.900.626)	100,00%	-89,49%
Capital Realizado	973.764	0,00%	72,90%	973.764	0,00%	81,82%	973.764	100,00%	45,85%
Prejuízos acumulados	(2.676.717)	-2,28%	-200,38%	(2.739.223)	-4,31%	-230,16%	(2.862.669)	100,00%	-134,78%
Outros Resultados Abrangentes	(11.799)	-2,67%	-0,88%	(12.123)	3,43%	-1,02%	(11.721)	100,00%	-0,55%
TOTAL DO PASSIVO	1.335.811	12,24%	100,00%	1.190.159	-43,96%	100,00%	2.123.880	100,00%	100,00%

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(4.290)	61,34%	-3,44%	(2.659)	31,24%	-0,18%	(2.026)	100,00%	0,33%
Receitas Financeiras	67.128	673,45%	53,80%	8.679	13,35%	0,60%	7.657	100,00%	1,239%
Despesas Financeiras	(7.595)	-90,95%	-6,09%	(83.895)	-40,93%	-5,81%	(142.033)	100,00%	22,977%
Resultado Financeiro	59.533	179,15%	47,71%	(75.216)	-44,03%	-5,21%	(134.376)	100,00%	21,738%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	88.209	-74,79%	70,70%	349.963	2055,74%	24,24%	16.234	100,00%	2,63%
RESULTADO OPERACIONAL	143.452	-47,28%	114,97%	272.088	-326,42%	18,84%	(120.168)	100,00%	19,44%
OUTRAS RECEITAS	60	-99,996%	0,05%	1.464.699	8506,92%	101,43%	1.720	100,00%	-0,28%
OUTRAS DESPESAS	-	0,00%	0,00%	-	-100,00%	0,00%	(499.716)	100,00%	80,84%
OUTROS RESULTADOS	60	-99,996%	0,05%	1.464.699	194,12%	101,43%	(497.996)	100,00%	80,56%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSSL E IMPOSTO DE RENDA	143.512	-91,74%	115,02%	1.736.787	180,96%	120,27%	(618.164)	100,00%	100,00%
Imposto de Renda	(13.776)	-93,600%	-11,04%	(215.264)	100,00%	-14,91%	-	100,00%	0,000%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(4.968)	-93,589%	-3,98%	(77.497)	100,00%	-5,37%	-	100,00%	0,000%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.768	-91,36%	100,00%	1.444.026	133,60%	100,00%	(618.164)	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	3,81	-91,36%		44,06	133,60%		(18,86)	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
Receita Operacional	271.855	-41,63%	-	465.754	576,95%	-	68.802	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(22.534)	-6,69%	-	(24.149)	32,16%	-	(18.273)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	249.321	-43,54%	100,00%	441.605	773,96%	100,00%	50.529	100,00%	100,00%
(-)Custos	(122.615)	91,59%	-49,18%	(64.000)	62,41%	-14,49%	(39.407)	100,00%	-77,99%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	126.706	-66,44%	50,82%	377.605	3295,12%	85,51%	11.122	100,00%	22,01%
(-)Despesas Operacionais	(35.975)	11,45%	-14,43%	(32.280)	45,41%	-7,31%	(22.199)	100,00%	-43,93%
Receitas Financeiras	70.270	235,15%	28,18%	20.967	-41,66%	4,75%	35.940	100,00%	71,13%
Despesas Financeiras	(9.380)	-89,07%	-3,76%	(85.807)	-40,33%	-19,43%	(143.807)	100,00%	-284,60%
Resultado Financeiro	60.890	193,91%	24,42%	(64.840)	-39,89%	-14,68%	(107.867)	100,00%	-213,48%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	22.514	-81,05%	9,03%	118.784	263864,44%	26,90%	45	100,00%	0,09%
RESULTADO OPERACIONAL	174.135	-56,39%	69,84%	399.269	-435,81%	90,41%	(118.899)	100,00%	-235,31%
OUTRAS RECEITAS	913	-99,94%	0,37%	1.464.699	78604,94%	331,68%	1.861	100,00%	3,68%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(8.124)	-98,37%	-1,84%	(499.713)	100,00%	-988,96%
OUTROS RESULTADOS	913	-99,94%	0,37%	1.456.575	392,57%	329,84%	(497.852)	100,00%	-985,28%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSSL E IMP.DE RENDA	175.048	-90,57%	70,21%	1.855.844	400,91%	420,25%	(616.751)	100,00%	-1220,59%
Imposto de Renda	(36.983)	-87,79%	-14,83%	(302.781)	29182,50%	-68,56%	(1.034)	100,00%	-2,05%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(13.297)	-87,81%	-5,33%	(109.037)	28669,66%	-24,69%	(379)	100,00%	-0,75%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.768	-91,36%	50,04%	1.444.026	333,60%	326,99%	(618.164)	100,00%	-1223,38%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	3,81	-91,36%		44,06	333,60%		(18,86)	100,00%	
EBITDA	92.168	-73,47%		347.429	4559,94%		(7.790)	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional vinculada à recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e excluído o efeito atípico da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, ocorrida em 2016;
- Manutenção do lucro operacional bruto em patamares suficientes para a cobertura das despesas operacionais;
- Aumento das despesas operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo, devido ao incorrimento de receitas financeiras advindas da aplicação dos recursos da alienação da participação societária na Celg D.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

CONTROLADORA

	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	33.139	-97,16%	3,27%	1.167.315	68243,97%	59,16%	1.708	100,00%	0,28%
Não Circulante	979.421	21,52%	96,73%	805.944	30,30%	40,84%	618.543	100,00%	99,72%
Realizável a Longo Prazo	124.860	-2,39%	12,33%	127.920	-44,36%	6,48%	229.898	0,00%	37,07%
Investimentos	854.519	26,03%	84,39%	678.020	74,46%	34,36%	388.639	100,00%	62,66%
Imobilizado	42	950,00%	0,004%	4	-33,33%	0,00%	6	100,00%	0,0010%
TOTAL DO ATIVO	1.012.560	-48,69%	100,00%	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	2.062	-99,30%	0,20%	293.081	-37,37%	14,85%	467.941	100,00%	75,44%
Não Circulante	2.786.758	-22,18%	275,22%	3.580.804	2,40%	181,47%	3.496.793	100,00%	563,77%
Patrimônio Líquido	(1.776.260)	-6,54%	-175,42%	(1.900.626)	-43,17%	-96,32%	(3.344.483)	100,00%	-539,21%
Capital Realizado	973.764	0,00%	96,17%	973.764	0,00%	49,35%	973.764	100,00%	157,00%
Prejuízos Acumulados	(2.737.901)	-4,36%	-270,39%	(2.862.669)	-33,53%	-145,07%	(4.306.695)	100,00%	-694,35%
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	3,43%	-1,20%	(11.721)	1,46%	-0,59%	(11.552)	100,00%	-1,86%
TOTAL DO PASSIVO	1.012.560	-48,69%	100,00%	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	100,00%	100,00%

CONSOLIDADO

	2017	AH%	AV%	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	216.084	-83,18%	18,14%	1.284.606	521,09%	60,48%	206.831	100,00%	32,02%
Não Circulante	975.397	16,22%	81,86%	839.274	91,09%	39,52%	439.195	100,00%	67,98%
Realizável a Longo Prazo	798.643	15,37%	67,03%	692.269	114,10%	32,59%	323.345	100,00%	50,05%
Investimentos	158.961	17,55%	13,34%	135.225	28,06%	6,37%	105.596	100,00%	16,35%
Imobilizado	10.686	-5,83%	0,90%	11.348	23,17%	0,53%	9.213	100,00%	1,43%
Intangível	7.107	1545,14%	0,60%	432	-58,50%	0,02%	1.041	100,00%	0,16%
TOTAL DO ATIVO	1.191.481	-43,90%	100,00%	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	100,00%	100,00%

PASSIVO

Circulante	26.213	-91,59%	2,20%	311.716	-35,37%	14,68%	482.275	100,00%	74,65%
Não Circulante	2.941.528	-20,77%	246,88%	3.712.790	5,83%	174,81%	3.508.234	100,00%	543,05%
Patrimônio Líquido	(1.776.260)	-6,54%	-149,08%	(1.900.626)	-43,17%	-89,49%	(3.344.483)	100,00%	-517,70%
Capital Realizado	973.764	0,00%	81,73%	973.764	0,00%	45,85%	973.764	100,00%	150,73%
Prejuízos acumulados	(2.737.901)	-4,36%	-229,79%	(2.862.669)	-33,53%	-134,78%	(4.306.695)	100,00%	-666,64%
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	3,43%	-1,02%	(11.721)	1,46%	-0,55%	(11.552)	100,00%	-1,79%
TOTAL DO PASSIVO	1.191.481	-43,90%	100,00%	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	100,00%	100,00%

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Principais Alterações nas Contas de Resultado:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(2.659)	31,24%	-0,18%	(2.026)	17,93%	0,33%	(1.718)	100,00%	0,28%
Receitas Financeiras	8.679	13,35%	0,60%	7.657	371,20%	-1,24%	1.625	100,00%	0,265%
Despesas Financeiras	(83.895)	-40,93%	-5,81%	(142.033)	116,99%	22,98%	(65.457)	100,00%	10,677%
Resultado Financeiro	(75.216)	-44,03%	-5,21%	(134.376)	110,52%	21,74%	(63.832)	100,00%	10,412%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	349.963	2055,74%	24,24%	16.234	-749,88%	-2,63%	(2.498)	100,00%	-0,41%
RESULTADO OPERACIONAL	272.088	126,42%	18,84%	(120.168)	76,59%	19,44%	(68.048)	100,00%	11,10%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	8506,92%	101,43%	1.720	-93,00%	-0,28%	24.564	100,00%	-4,01%
OUTRAS DESPESAS	-	-100,00%	0,00%	(499.716)	100,00%	80,84%	(569.539)	100,00%	92,90%
OUTROS RESULTADOS	1.464.699	194,12%	101,43%	(497.996)	-8,62%	80,56%	(544.975)	100,00%	88,90%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	1.736.787	180,96%	120,27%	(618.164)	0,84%	100,00%	(613.023)	100,00%	100,00%
Imposto de Renda	(215.264)	100,00%	-14,91%	-	-100,00%	0,00%	(20)	100,00%	0,003%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(77.497)	100,00%	-5,37%	-	-100,00%	0,00%	(9)	100,00%	0,001%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	100,00%	(618.164)	0,83%	100,00%	(613.052)	100,00%	100,00%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	0,83%		(18,71)	100,00%	

	CONSOLIDADO								
	2016	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
Receita Operacional	465.754	576,95%	-	68.802	15,81%	-	59.408	100,00%	-
(-)Deduções à Receita Operacional	(24.149)	32,16%	-	(18.273)	113,37%	-	(8.564)	100,00%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	441.605	773,96%	100,00%	50.529	-0,62%	100,00%	50.844	100,00%	100,00%
(-)Custos	(64.000)	62,41%	-14,49%	(39.407)	-1,85%	-77,99%	(40.148)	100,00%	-78,96%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	377.605	3295,12%	85,51%	11.122	3,98%	22,01%	10.696	100,00%	21,04%
(-)Despesas Operacionais	(32.280)	45,41%	-7,31%	(22.199)	27,30%	-43,93%	(17.438)	100,00%	-34,30%
Receitas Financeiras	20.967	-41,66%	4,75%	35.940	105,71%	71,13%	17.471	100,00%	34,36%
Despesas Financeiras	(85.807)	-40,33%	-19,43%	(143.807)	83,68%	-284,60%	(78.293)	100,00%	-153,99%
Resultado Financeiro	(64.840)	-39,89%	-14,68%	(107.867)	77,35%	-213,48%	(60.822)	100,00%	-119,62%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	118.784	263864,44%	26,90%	45	-96,62%	0,09%	1.331	100,00%	2,62%
RESULTADO OPERACIONAL	399.269	235,81%	90,41%	(118.899)	79,52%	-235,31%	(66.233)	100,00%	-130,27%
OUTRAS RECEITAS	1.464.699	7804,94%	331,68%	1.861	-92,66%	3,68%	25.345	100,00%	49,85%
OUTRAS DESPESAS	(8.124)	-98,37%	-1,84%	(499.713)	100,00%	-988,96%	(569.539)	100,00%	-1120,17%
OUTROS RESULTADOS	1.456.575	192,57%	329,84%	(497.852)	8,52%	-985,28%	(544.194)	100,00%	-1070,32%
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA	1.855.844	200,91%	420,25%	(616.751)	-1,04%	-1220,59%	(610.427)	100,00%	-1200,59%
Imposto de Renda	(302.781)	29182,50%	-68,56%	(1.034)	-46,31%	-2,05%	(1.926)	100,00%	-3,79%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	(109.037)	28689,66%	-24,69%	(379)	-45,78%	-0,75%	(699)	100,00%	-1,37%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.444.026	133,60%	326,99%	(618.164)	-0,83%	-1223,38%	(613.052)	100,00%	-1205,75%
LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	44,06	133,60%		(18,86)	-0,83%		(18,71)	100,00%	
EBITDA	347.429	4359,94%		(7.790)	137,79%		(3.276)	100,00%	

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Aumento na receita operacional, recomposição da RAP da Concessão de Transmissão e indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC;
- Aumento do lucro operacional bruto;
- Aumento das despesas operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo;
- Aumento significativo de outras receitas, decorrente do ganho de capital reconhecido na alienação da participação societária na Celg D.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:

	CONTROLADORA								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.167.315	68243,97%	59,16%	1.708	-97,13%	0,28%	59.554	100,00%	9,45%
Não Circulante	805.944	30,30%	40,84%	618.543	8,43%	99,72%	570.446	100,00%	90,55%
Realizável a Longo Prazo	127.920	-44,36%	6,48%	229.898	100,00%	37,07%	222.355	0,00%	35,29%
Investimentos	678.020	74,46%	34,36%	388.639	11,65%	62,66%	348.080	100,00%	55,25%
Imobilizado	4	-33,33%	0,00%	6	-45,45%	0,00%	11	100,00%	0,0017%
TOTAL DO ATIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	293.081	-37,37%	14,85%	467.941	26700,74%	75,44%	1.746	100,00%	0,28%
Não Circulante	3.580.804	2,40%	181,47%	3.496.793	4,21%	563,77%	3.355.526	100,00%	532,62%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-96,32%	(3.344.483)	22,63%	-539,21%	(2.727.272)	100,00%	-432,90%
Capital Realizado	973.764	0,00%	49,35%	973.764	0,00%	157,00%	973.764	100,00%	154,57%
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-145,07%	(4.306.695)	16,66%	-694,35%	(3.691.605)	100,00%	-585,97%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,59%	(11.552)	100,00%	-1,86%	(9.431)	100,00%	-1,50%
TOTAL DO PASSIVO	1.973.259	218,14%	100,00%	620.251	-1,55%	100,00%	630.000	100,00%	100,00%

	CONSOLIDADO								
	2016	AH%	AV%	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	1.284.606	521,09%	60,48%	206.831	-7,52%	32,02%	223.641	100,00%	33,64%
Não Circulante	839.274	91,09%	39,52%	439.195	-0,47%	67,98%	441.248	100,00%	66,36%
Realizável a Longo Prazo	692.269	114,10%	32,59%	323.345	6,78%	50,05%	302.823	100,00%	45,54%
Investimentos	135.225	28,06%	6,37%	105.596	0,81%	16,35%	104.752	100,00%	15,75%
Imobilizado	11.348	23,17%	0,53%	9.213	-72,01%	1,43%	32.917	100,00%	4,95%
Intangível	432	-58,50%	0,02%	1.041	37,70%	0,16%	756	100,00%	0,11%
TOTAL DO ATIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	311.716	-35,37%	14,68%	482.275	2254,63%	74,65%	20.482	100,00%	3,08%
Não Circulante	3.712.790	5,83%	174,81%	3.508.234	4,05%	543,05%	3.371.679	100,00%	507,10%
Patrimônio Líquido	(1.900.626)	-43,17%	-89,49%	(3.344.483)	22,63%	-517,70%	(2.727.272)	100,00%	-410,18%
Capital Realizado	973.764	0,00%	45,85%	973.764	0,00%	150,73%	973.764	100,00%	146,46%
Prejuízos acumulados	(2.862.669)	-33,53%	-134,78%	(4.306.695)	16,66%	-666,64%	(3.691.605)	100,00%	-555,22%
Outros Resultados Abrangentes	(11.721)	1,46%	-0,55%	(11.552)	100,00%	-1,79%	(9.431)	100,00%	-1,42%
TOTAL DO PASSIVO	2.123.880	228,76%	100,00%	646.026	-2,84%	100,00%	664.889	100,00%	100,00%

10.2 Os diretores devem comentar:	
a. resultados das operações do emissor, em especial:	
1. descrição de quaisquer componentes importantes da receita	

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2018 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, ainda em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2017 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2016 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012. Além destas o principal componente se referente ao reconhecimento da receita da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, efetuado pela Controlada Celg GT, decorrente de laudo de avaliação patrimonial destes ativos da concessão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

2. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2018; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2017; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; c) diminuição nos encargos com dívidas, decorrente da assunção de dívida efetuado pelo Estado, acerca do empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014; e d) reconhecimento pontual da receita com a indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida – RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018, 2017 e 2016

Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Controlada acompanham estas variações à medida da incorporação de novas Receitas Anuais Permitidas (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração e transmissão.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2018, 2017 e 2016

Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira e o resultado das operações da Controlada Celg GT são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

Concernente à Controlada Celg GT, as receitas operacionais estão atreladas diretamente ao nível de investimentos em reforços e ampliações da Rede Básica, que alçaram níveis bastantes significativos no exercício social de 2018.

Taxa de Câmbio

Possibilidade de a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. A Celg GT não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira.

Taxa de Juros

Com relação à Celgpar, observa-se que o maior montante de sua dívida com terceiros concentrava-se em operação de crédito interno, à taxa anual pré-fixada de 6,5%, não indexada (ver item 10.1.f). Com relação à Controlada Celg GT, observou-se no ano de 2015 os efeitos da troca de sua dívida mais onerosa, vinculada anteriormente a instrumento financeiro com a Celg D, por dívida não onerosa com a Celgpar, visto a Controladora ter efetuado o pagamento desta dívida para com a Celg D, passando a ser, por sua vez, credora da Celg GT. Esta operação, para a Celg GT, diminuiu o montante de juros indexados pelo IGPM + 12% a.a., para instrumento financeiro não oneroso, que foi capitalizado pela Celgpar em 2016.

10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:	
a. introdução ou alienação de segmento operacional	
<p>A Companhia e sua Controlada não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.</p>	
b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária	
<p>Abaixo apresenta-se, objetivando a manutenção do histórico da evolução da Celgpar, a descrição da última operação de alienação de participação societária efetuada pela Companhia, ocorrida no exercício social anterior a 2018:</p>	
<p>A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.</p>	
<p>Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.</p>	
<p>Ainda com relação à Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização – PND, sendo que as tratativas da desestatização culminaram com a realização do leilão das ações em 30 de novembro de 2016, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Celgpar possuía cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias, processo este que teve a sua liquidação financeira em 14 de fevereiro de 2017, passando o controle da Celg D à empresa Enel Brasil S.A.</p>	
c. eventos ou operações não usuais	
<p>Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.</p>	
10.4 Comentários dos diretores sobre:	
a. mudanças significativas nas práticas contábeis	

Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2018.

Assevera-se que a Instrução CVM nº. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM nº. 485, de 1º de setembro de 2010, que obrigaram as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2017 e 2016, consoantes ao padrão contábil internacional.

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis	
Ver item 10.4.a.	
c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor	

RESSALVA

Revisão das Demonstrações Financeiras controlada – Limitação de escopo

Os procedimentos de revisão aplicados nas contas que registram os investimentos em controladas ficam adstritos a avaliação interna de transações com partes relacionadas, notadamente dos lançamentos de equivalência patrimonial na investidora CELG Par, em função dos resultados apurados na auditoria das Demonstrações Financeiras de sua investida CELG GT. Dentre os procedimentos aplicados, destaca-se a análise do relatório de auditoria firmado pelos auditores independentes responsáveis pela auditoria das Demonstrações Financeiras de aludidas investidas, os quais atestam sua exatidão e propriedade. Neste sentido, destacamos que na data base de nossa opinião, a controlada CELG GT apresentou parecer de auditoria ressalvado, conforme transcrito abaixo na íntegra:

“BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS”

“Até a presente data o Relatório dos Auditores Independentes – RAI acerca das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, que serviram de base para a CELG GT efetuar a avaliação dos investimentos relevantes pelo método de equivalência patrimonial (MEP) conforme NBC TG 18(R3) das investidas VALE SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A – CNPJ(MF) 18.748.842/0001-91 com investimentos de R\$ 37.250, bem como LAGO AZUL TRANSMISSÃO S/A CNPJ(MF) 19.698.987/0001-98 com investimentos de R\$ 30.973, não nos foi apresentado, na forma do que preconiza a NBC TA 600(R1), uma vez que aludidas investidas estão obrigadas por lei a proceder a contratação de auditores independentes para exame de suas demonstrações contábeis. A ausência do RAI das investidas inviabilizou a validação dos retro mencionados saldos de investimentos e suas contrapartidas em contas de resultado do exercício que repercutiram diretamente no patrimônio líquido da Companhia, impedindo-nos de opinar, como de fato não opinamos acerca da exatidão dos precitados lançamentos e sua apropriação contábil nas contas dos respectivos investimento e suas contrapartidas, conforme demonstramos adiante”:

Investida	Participação no capital social (%) 31/12/2018	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado do exercício	MEP 31/12/2018	Aportes e AFAC	Investimento em 31/12/2018
Vale do São Bartolomeu	10,00%	372.501	(15.537)	(1.554)	1.100	37.250
Lago Azul Transmissão	50,10%	62.823	6.052	3.032	-	30.973
		435.324	(9.485)	1.478	1.100	68.223

Assim, resta claro o posicionamento da auditoria da Controlada CELG GT, destacando que o balanço patrimonial e demonstração de resultado do período finalizado em 31 de dezembro de 2018, está limitado à conclusão por conta da avaliação de seus investimentos de suas controladas Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A e LAGO AZUL TRANSMISSÃO S/A, cujos saldos são representativos para fins de fechamento contábil. Realizamos nossos procedimentos de auditoria e análise dos saldos consolidados da Companhia para 31 de dezembro de 2018, considerando o balanço da controlada para esta mesma data, entretanto, a apresentação do parecer ressalvado de auditoria da controlada é uma limitação de escopo em nossos trabalhos, impossibilitando-nos de sugerir ou opinar, se necessário, em toda sua extensão, ajustes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Caso todo o saldo estivesse errado o ativo da Companhia e consequentemente seu Patrimônio Líquido estariam sobreavaliados no valor de R\$ 68.223.

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Comentários da Administração:

A Administração informa que a motivação das ressalvas no Parecer dos Auditores diz respeito, exclusivamente, ao descumprimento dos prazos legais por parte da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A., e da Coligada Indireta Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que culminaram na falta do encaminhamento, em prazo hábil, das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018 destas investidas, devidamente acompanhadas do Parecer dos seus Auditores Independentes. Eventuais penalidades que recaiam sobre a Companhia e seus Administradores serão levadas ao conhecimento de quem lhes deu causa, com a competente ação administrativa/jurídica de ressarcimento e responsabilização.

ÊNFASE
Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$ (1.714.752) mil, que dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém, para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás, referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.252.877 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 461.875 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Comentários da Administração:

O destaque dado pelos Auditores diz respeito à situação de passivo a descoberto da Celgpar, sendo que a Administração entende que trata-se de situação passível de reversão, em função dos resultados positivos de 2016, 2017 e 2018, a serem extrapolados para os futuros exercícios sociais e, por sua vez, a possibilidade concreta de capitalização do AFAC e dos créditos que o controlador Estado de Goiás detém consignados junto à Companhia, para efeito de futuro aumento de capital.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A administração da Celgpar apresentará abaixo apenas as políticas contábeis críticas adotadas, com a respectiva exposição de motivos pela sua adoção, já que estas, na hipótese de alteração de práticas, poderia a levar a alterações contábeis relevantes.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada Celg GT. A administração da Celgpar entende ser os critérios adequados e respectivamente aderentes à legislação societária e fiscal e, por sua vez, aderentes ao previsto pelo regulador do serviço público de energia elétrica. Eventuais descolamentos destas provisões podem acarretar alterações contábeis, porém observa-se a constituição desta provisão com base em critérios sustentáveis por parte da Controlada.

Ativo de Contrato – Bens da Concessão de Transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente).

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício. Nos próximos exercícios sociais poderão ocorrer as premissas previstas na Instrução CVM nº 371/2002 e, neste sentido, tanto a Celgpar quanto a Controlada podem passar e reconhecer ativo fiscal diferido em quantidade superior às obrigações fiscais de mesma natureza.

Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.

10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

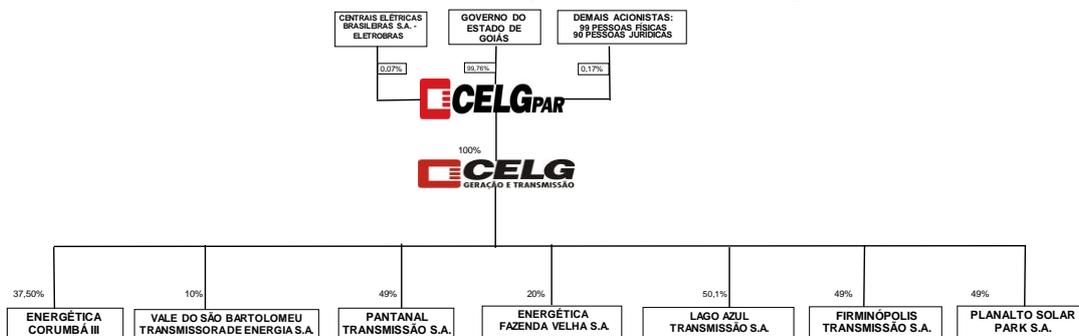
10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

<p>b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</p> <p>Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.</p>	
<p>10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:</p>	
<p>a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>b. natureza e o propósito da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p>10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:</p>	
<p>a. investimentos, incluindo:</p>	
<p>i - descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos</p> <p><u>Os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:</u></p>	

A Controlada CELG Geração e Transmissão S.A – CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, sendo a atual composição acionária a seguinte:



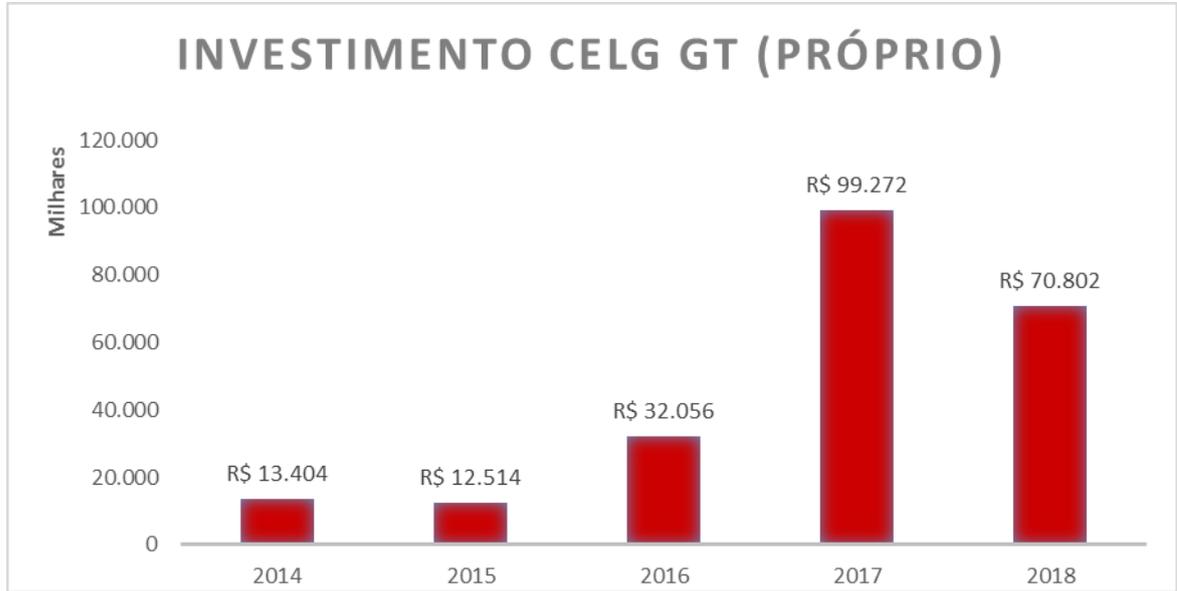
Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de uma série de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

No encerramento do exercício social de 2018, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

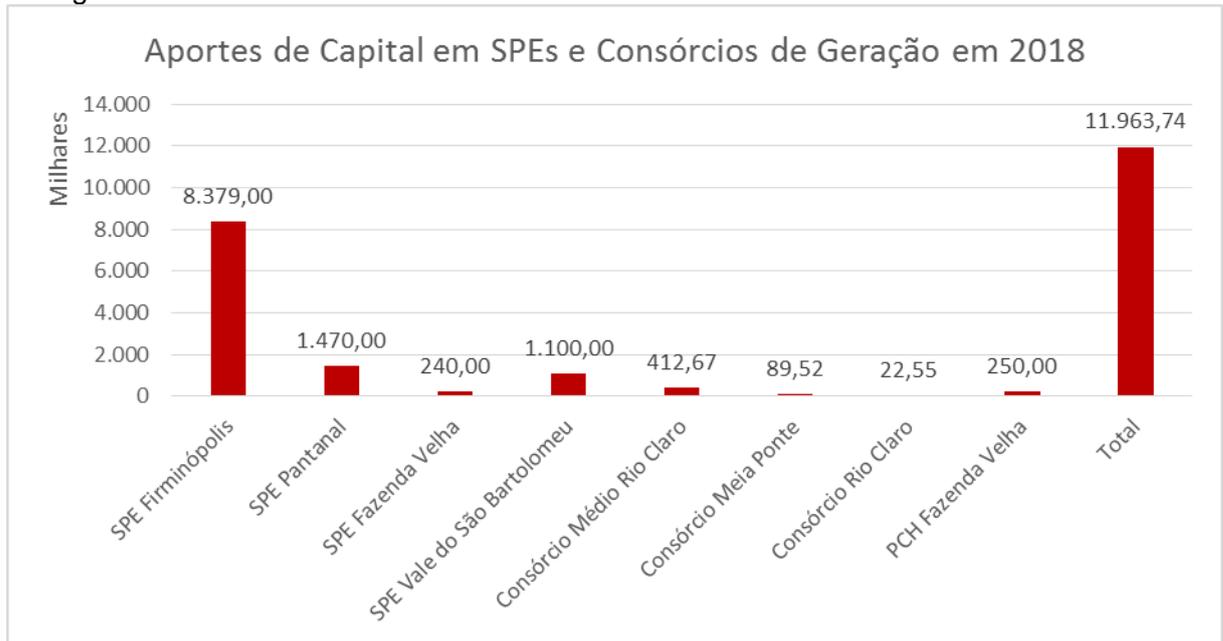
De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

O investimento total realizado pela Controlada CELG GT em 2018 reduziu em 28,7%, passando de R\$99,2 milhões em 2017, ano que se teve expressivos investimentos do Contrato de Concessão 04/2016 (Compensador Estático - SVC Luziânia), passando para R\$ 70,8 milhões, conforme o histórico dos últimos cinco anos, apresentado abaixo:



Em 2019 estão projetados investimentos da ordem de R\$ 113 milhões, sendo R\$ 105 no sistema de Transmissão e R\$ 8 em Geração. Em relação a este último, está em andamento o projeto de ampliação da Usina Rochedo, cujo estudo de motorização aponta para uma ampliação de 9 MW, ampliando a capacidade instalada de 4 para até 13 MW. O projeto deverá ser submetido aos agentes institucionais ainda no ano de 2019 e, sendo devidamente autorizado, requererá investimentos na ordem de R\$ 45 milhões, com previsão de conclusão das obras de ampliação no ano de 2021.

No ano de 2018, a Controlada CELG GT também investiu cerca de R\$ 12 milhões em parcerias, relacionadas as Sociedades de Propósito Específico - SPE de Transmissão e Consórcios de Geração, conforme segue:



Em 2018, com a perspectiva de manutenção do crescimento sustentável compatível com os referenciais estratégicos da Controlada CELG GT, ocorreu a participação desta nos leilões de transmissão e de geração. Na geração, a Controlada participou dos leilões 27/2018 A-4 e 28/2018 A-6, e na transmissão, no leilão 002/2018, lote 12. Mesmo não sagrando-se vencedora nestes certames, a Controlada se manteve firme no propósito de realizar um crescimento sustentado em premissas de rentabilidade saudável e espera-se que em 2019 os esforços sinérgicos empreendidos resultem na viabilização de preços competitivos para os leilões vindouros.

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

Com relação à Geração Própria, a Controlada CELG GT está desenvolvendo estudos para a ampliação da capacidade instalada da Usina de Rochedo, o que deverá ser submetido aos agentes institucionais e, quando devidamente autorizado, deverá envolver investimentos da ordem de R\$ 45 milhões, objetivando chegar a capacidade instalada em até 13MW.

A Controlada CELG GT detém também 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

A ampliação do parque de Geração da Controlada CELG GT nos últimos anos tem sido capitaneada por meio de consórcios, que estão em fase de estudo e/ou disputando leilões com vistas a possibilitar as implantações. Os projetos de ampliação tem previsão de capacidade instalada na ordem de 605MW e a participação média da Controlada Celg GT é de 24,42%.

ii - fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento, no exercício de 2018, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades operacionais e de investimento, para as atividades de transmissão e geração de energia elétrica. Foi utilizada em larga escala, pela Controlada Celg GT, os recursos em caixa disponíveis das indenizações dos ativos de transmissão da RBNI, oriundos das implicações da MP 579/2012 e os recursos decorrentes dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital promovidos pela Celgpar, no total de R\$14 milhões.

iii - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

<p style="text-align: center;">i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p style="text-align: center;">ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p style="text-align: center;">iii - projetos em desenvolvimento já divulgados</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p style="text-align: center;">iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços</p> <p>Não aplicável.</p>	
<p style="text-align: center;">10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção</p> <p>Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.</p>	